



RETOMADA VERDE NAS ELEIÇÕES:

contribuições do Grupo Carta de Belém ao debate eleitoral e à reconstrução da política socioambiental brasileira



O presente material foi elaborado pelos membros do Grupo Carta de Belém com base no mapeamento “O Brasil na Retomada Verde: Integrar para Entregar” e contou com a colaboração de Gabriela de Oliveira Junqueira.

As eleições presidenciais de 2022 se aproximam e, diante da possibilidade de troca de governo, setores da sociedade civil e partidos políticos se articulam para o que pode vir a ser um novo capítulo da política socioambiental brasileira. Após quase 4 anos de destruição institucional, das políticas públicas e da “passagem da boiada”, há urgência na reconstrução da economia nacional e da governança socioambiental brasileira.

O Grupo Carta de Belém argumenta haver razões para preocupação diante da constatação de que ao “desmonte” promovido por Bolsonaro está se seguindo um “remonte” sobre bases privadas da estrutura de governança e regulação das questões socioambientais no Brasil.

A agenda de retomada verde surge como resposta hegemônica à sobreposição de crises (econômica, sanitária, climática, etc), que caracterizam o cenário nacional e internacional, tomadas como um conjunto de desafios a serem enfrentados por todo o planeta. Contudo, é nosso entendimento que seguimos, como comunidade política, incapazes de imaginar formas de responder às questões do nosso tempo sem conduzir à privatização de bens comuns e da governança territorial, à financeirização das políticas públicas e à novas formas de espoliação.

Nesse cenário, questiona-se: **sobre quais bases se dará a reconstrução da política socioambiental brasileira? Qual papel vem sendo reservado ao meio ambiente e aos povos e comunidades tradicionais e camponesas nessa agenda?** Defendemos ser fundamental construir esse caminho a partir de um processo participativo, transparente e atento aos efeitos socioterritoriais da caixa de ferramentas oferecida por atores internacionais e privados para solucionar o conjunto de crises que enfrentamos hoje.





A(S) CRISE(S) COMO OPORTUNIDADE?

A conjunção de crises deu ensejo a um contexto internacional extraordinário. No entanto, o sentido de urgência global abriu espaço para uma série de medidas que se reuniram no pretexto de “reiniciar” (“reset”) a economia sob bases mais sustentáveis. É, assim, endossada a agenda da ‘retomada verde’ da economia, na qual a descarbonização é alçada a objetivo social consensual, fundamentando-se nos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Essa agenda promete realizar um ajuste das corporações à pauta ESG (na sigla em inglês) e construir o chamado “capitalismo de *stakeholders*” ou “capitalismo consciente”. Para tanto, um conjunto de medidas é apresentado com ar de novidade, apesar de abarcar diversos antigos instrumentos, como mercados de carbono - agora parte das “soluções baseadas na natureza” e das metas de emissões líquidas zero.

Dentre as inovações, há propostas como a das cadeias de suprimento livres de

desmatamento e descarbonizadas, através de mecanismos de certificação e do uso de tecnologia *blockchain*, visando garantir, em tese, rastreabilidade e transparência - e reforçando a tecnologia 5G como estratégia para a compatibilização das mercadorias ao regime internacional de mudanças climáticas. Também cabe destacar a centralidade de novas formas de endividamento “verde”.

Esses aspectos demonstram que qualquer proposta de retomada verde não acontecerá no vácuo, mas em conjunto aos macroprocessos da digitalização e da financeirização da economia, acelerados pela pandemia. Na prática, os mecanismos de “transparência e rastreabilidade” dependem de sistemas nacionais de produção e coleta de dados, que no caso brasileiro vem transformando o ilegal em legal. Quanto ao endividamento, produtos e serviços financeiros nem sempre são revertidos em benefício da população, mas frequentemente redirecionam o gasto público para entidades privadas e financeiras.



O GREEN DEAL EUROPEU

Em dezembro de 2019, a União Europeia lançou o Green Deal europeu: estratégia de crescimento econômico verde e programa de transição rumo à neutralidade de carbono até 2050. O projeto ganhou tração durante a pandemia e constitui o exemplo mais abrangente de retomada verde, como um novo pacto social e contrato socioecológico.

Projeta-se a completa transformação da economia e, para tanto, o setor privado é visto como chave para o financiamento da transição. O pacote de medidas previstas tem impacto direto no Brasil, pressupondo a adesão do país de maneira subordinada ao processo de transformação, servindo basicamente de fornecedor de matérias primas para garantir a “transformação verde” europeia, como lastro da financeirização ambiental global.





COMO O BRASIL ENTRA NESTE PROCESSO?

Reflexos da agenda de retomada verde já podem ser sentidos no Brasil. O mapeamento “[O Brasil na retomada verde: integrar para entregar](#)”¹, realizado pelo Grupo Carta de Belém, identificou tendências em diferentes âmbitos.

Um dos resultados é a **emergência das finanças verdes**, prometendo suprir o “gap de financiamento” dos objetivos do Acordo de Paris e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Expandem-se as fronteiras das finanças e dos arranjos regulatórios privados e, neste processo, há a busca pela **construção da imagem do agronegócio verde**. Com o fomento de grandes corporações agroalimentares e investidores, propostas aplicadas a setores do agronegócio, historicamente identificados por suas degradações, conferem legitimidade à expansão de monoculturas, como a soja e o eucalipto (regadas pela imensa liberação de agrotóxicos), ou

mesmo a criação de gado. Em conjunto com arranjos regulatórios que estimulam os chamados serviços ambientais - em aparente contraste com o governo federal - aprofunda-se a **mercantilização da floresta**, em todos os biomas, mas especialmente na Amazônia Legal, transformando a natureza em ativo financeiro, colocando em risco a autonomia de povos e comunidades tradicionais sobre seus territórios.

No contexto das eleições 2022, essas tendências influenciam o debate sobre a reconstrução da política socioambiental brasileira. Diante desse cenário, o Grupo Carta de Belém propõe uma lente política para debater o tema, questionando o “novo espírito do capitalismo” e a racionalidade Net Zero, como formas, respectivamente, de transformar o ‘impacto positivo’ em mercadoria e conferir neutralidade e equivalência a processos profundamente desiguais.



O QUE QUEREMOS?



1. Revogação da “boiada”. Revogar iniciativas como o Programa Adote um Parque e o Programa de Concessões de Parques Naturais, que promovem a transformação da natureza e dos modos de vida em ativos financeiros, privatizando os bens comuns, gerando conflitos territoriais e violação dos direitos de populações tradicionais.



2. Garantia de participação social. Restaurar e ampliar os meios de participação social na formulação da política socioambiental brasileira, rechaçando o protagonismo da governança transnacional privada que se fortalece com a agenda da retomada verde.

1. O documento está disponível para download em <<https://www.cartadebelem.org.br/confira-a-publicacao-o-brasil-na-retomada-verde-integrar-para-entregar/>>.



3. Garantia da terra e território. É preciso democratizar o acesso à terra e ao território para camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais, garantindo seus direitos. Trata-se da solução mais efetiva para a redução de emissões de gases do efeito estufa, e para a política socioambiental em geral.



4. Garantia dos modos de vida. Fortalecer iniciativas agroecológicas, que contribuem para a conservação da sociobiodiversidade, encurtamento dos circuitos de comercialização e a soberania alimentar, revertendo os desmontes na políticas voltadas à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Agroecologia e produção Orgânica (PNAPO) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio).



5. Refutar a lógica do mercado financeiro. As propostas do mercado de redução de emissões e dos Pagamentos por Serviços Ambientais endossam a lógica financeira, ineficaz para políticas ambientais. Os incentivos gerados pelo mercado financeiro pressupõem uma valorização da “economia verde” em cenários de maior destruição ambiental e expansão da “economia suja”, desincentivando uma efetiva Transição Justa e Popular.



6. Recomposição do orçamento da política ambiental. A reativação de fundos públicos como o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o Fundo Amazônia são cruciais para recompor o orçamento da política ambiental.



7. Reafirmação do meio ambiente como bem comum. Garantir que funções sistêmicas não possam ser apropriadas privadamente e alienadas como qualquer outra mercadoria (art. 225, CF), reafirmando o regime dos bens comuns sobre o meio ambiente.



8. Rejeição das privatizações verdes. A urgência da “retomada verde” não deve servir para justificar o amplo processo de privatização das estruturas produtivas do país, previsto no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), e que representa riscos para a soberania nacional.